



Em Timor, a integração das autoridades tradicionais no processo terá contribuído para práticas eleitorais robustas

ao longo do tempo”, disse o investigador ao PÚBLICO. “Tirando o Brasil, que é independente desde o século XIX, o antigo império português evoluiu nos últimos 50 anos em sentidos muito diferentes: há autocracias robustas, como Angola, e autocracias instáveis, como a Guiné-Bissau e Moçambique, e há democracias consolidadas, como Portugal, Cabo Verde e Timor-Leste.”

Para Fernandes, esta variedade mostra que “ter um passado colonial não condena um país a ser para sempre uma ditadura ou a estar condenado à pobreza e à desigualdade”. Envolvido na construção do projecto V-Dem em 2010 e coordenador regional desde 2012, o investigador português diz que “o colonialismo foi diferente nestes países e isso terá influência” nos níveis de democracia actuais, mas “os dados recolhidos pelo V-Dem mostram que ter sido uma colónia não é impedimento à democratização”. “O colonialismo não condena necessariamente as sociedades ao pior”, diz, e dá como exemplo Timor-Leste, “que teve dois colonialismos, o português e o indonésio, e conseguiu construir uma democracia estável”.

Só cinco dos nove países que usam o português como língua oficial têm regimes democráticos, mas há “casos de sucesso surpreendente”.

Brasil em contracorrente

O Brasil é apresentado como “um caso muito interessante” que mostra que é possível reverter a tendência para o “colapso democrático”, travar o “processo de autocratização” e recuperar, “mesmo que não totalmente”, os níveis de democracia.

O país está em 29.º lugar no ranking mundial, com 0,71 pontos, numa escala de zero a dez, e faz parte do pequeno grupo de países “em processo de democratização” — como a Polónia, Tailândia, Lesoto, Zâmbia, Maldivas, Bolívia, Equador, República Dominicana, Honduras e Tunísia. No Brasil, diz o relatório, “o combate à desinformação em torno das eleições de 2022 foi fundamental para travar a autocratização e regressar à democratização”.

Se o Brasil é dado como exemplo de “contenção da erosão democrática”, Cabo Verde é um “caso extraordinário” de “uma das democracias mais consolidadas de África”, com “progressos substanciais nos domínios económico e social”. Cabo Verde foi uma “autocracia fechada” até 1980, uma “autocracia eleitoral” entre 1980 e 1990 e é uma “democracia eleitoral” desde 1991 — 34 anos sem interrupção. Está em 38.º no ranking (0,65 pontos), acima de seis países euro-

Democracia em português? É sólida, *sui generis* mas também inexistente

“Ter sido colónia não é impedimento à democratização”, diz investigador Tiago Fernandes. Portugal caiu no ranking, mas é “erosão ligeira” e “não alarmante”

Barbara Reis

Nos países que usam o português como língua oficial, há pouca democracia, mas também casos de democracia “consolidada” e de “recuperação democrática” que contrariam a actual vaga mundial de crescimento autocrático.

As diferenças entre os nove países do “clube lusófono” são analisadas na edição em português do *Relatório da Democracia 2025*, feito pelo Instituto Variedades de Democracia (V-Dem), com sede na Universidade de Gotemburgo, Suécia, que será tornada pública hoje. O relatório mede 600 atributos da democracia e produz a maior base de dados sobre democracia a nível global — 31 milhões de dados para 202 países entre 1789 e 2024. Mais de 4200 académicos e especialistas participam no projecto.

Este ano, o relatório inclui, pela primeira vez, uma secção dedicada aos países lusófonos, com 18 artigos de especialistas. A comparação minuciosa das centenas de critérios feita pelo V-Dem surpreendeu Tiago Fernandes, professor de Ciências Políticas do Ictc — Instituto Universitário de Lisboa, e coordenador do Centro Regional V-Dem para a Europa do Sul: “Sabia que havia diferenças entre os países de língua oficial portuguesa, mas não sabia que eram tão contrastantes e tão persistentes

ID: 118377839

26-07-2025

peus e de Singapura, Coreia do Sul, Israel, Argentina e muitos outros. Tem “eleições livres e justas, pautadas por alternância regular e pacífica no Governo”, e boa nota na “qualidade dos processos eleitorais” e na “garantia das liberdades de expressão e de associação”.

São Tomé e Príncipe (51.º lugar, 0,56 pontos) também é uma democracia eleitoral, mas com “instabilidade política crónica”: teve, desde 1991, 20 governos e 16 primeiros-mi-

nistros; no mesmo período, escreve Gerhard Seibert, do Centro de Estudos Internacionais do Iscte, Cabo Verde teve oito governos e quatro primeiros-ministros.

Timor, “caso fascinante”

Timor-Leste (54.º, 0,55 pontos) é um “caso fascinante de durabilidade democrática”, diz Fernandes, onde os procedimentos e práticas eleitorais são robustos e para os quais terá contribuído a integração das autori-

dades tradicionais no processo político. É Rui Feijó, autor do ensaio sobre o país, que descreve a democracia de Timor-Leste como *sui generis*. O investigador destaca o “desempenho notavelmente elevado” no índice Liberdades Cívicas (em 2023, foi classificado em 10.º, a nível mundial, na liberdade de imprensa) e o “desempenho positivo” no índice Democracia Eleitoral.

E, por fim, Portugal, que em 2018 estava em 23.º lugar no ranking e agora está em 10.º, com uma tendência “preocupante”, lê-se no relatório. Fernandes desvaloriza a descida e sublinha que Portugal continua a ser uma “democracia liberal” – só há 29 – e que a descida corresponde a uma diferença pequena: “Portugal tem 0,75 pontos e a diferença em relação à melhor democracia do mundo, a Dinamarca, que tem 0,88 pontos, é pouco relevante. É uma ligeira erosão, não se pode dizer que seja alarmante.” Os outros países de língua oficial portuguesa são “autocracias eleitorais”, regimes onde há eleições multipartidárias para o poder executivo, mas níveis insuficientes dos requisitos fundamentais da democracia, como liberdade de expressão e de associação e “eleições livres e justas”: Angola (121.º lugar, 0,16 pontos), Moçambique (120.º lugar, 0,17), Guiné-Bissau (124.º lugar, 0,15) e Guiné Equatorial (167.º, 0,05).

O país menos democrático do mundo é a Eritreia: está no 179.º lugar e tem 0,01 pontos.

Os três autocráticos

“Angola destaca-se pela resiliência do seu regime autocrático, monopolizado pelo mesmo partido desde a independência em 1975”, escrevem Cláudia Generoso de Almeida, do Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa, e Sérgio Dundão, doutorando em Ciência Política no Iscte. “As eleições multipartidárias são parte dos instrumentos essenciais para o MPLA se manter no poder.” Isso vê-se “pelo controlo do jogo eleitoral (via engenharia eleitoral e domínio das instituições de observação eleitoral) e pelas restrições impostas à sociedade civil”. Desde 2002 que Angola é classificada como autocracia eleitoral pelo V-Dem, que destaca as “constantes irregularidades eleitorais, intimidação da oposição e uso de recursos do Estado pelo partido do poder”. Como em Angola, os regimes de Moçambique, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial têm instituições democráticas “muito débeis” e os critérios “eleições livres e justas, pluralismo político, liberdades cívicas e controlo parlamentar e judicial do poder executivo” são “frequentemente violados”.

O relatório em língua portuguesa é resultado de uma parceria entre o Centro Regional V-Dem Europa do Sul e o Centro de Estudos Internacionais do Iscte.

Depois dos anos Bolsonaro

Em contracorrente com o mundo, Brasil reforça democracia com Lula

Jair Rattner

Enquanto grande parte do mundo avança no sentido do autoritarismo, o Brasil, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, registou no último ano um fortalecimento do seu regime democrático. Esta é uma das conclusões do Relatório da Democracia 2025, elaborado pelo Instituto Variedades de Democracia (V-Dem), sediado na Universidade de Gotemburgo, na Suécia. Trata-se do estudo global mais abrangente sobre regimes políticos.

Tiago Fernandes, professor no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e diretor do Centro Regional V-Dem para o Sul da Europa, sublinha que o Brasil registou um retrocesso democrático durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). “O Brasil atravessou uma forte crise democrática, mas conseguiu recuperar e evitar a transição para um regime autoritário”, afirma.

Há quatro artigos científicos no V-Dem dedicados exclusivamente ao processo político brasileiro. Fernandes, que coordenou o estudo, identifica três razões que explicam por que razão o Brasil não foi engolido pela autocracia. “A primeira foi a força da sociedade civil, que conseguiu mobilizar pessoas nas ruas, numa aliança entre vários grupos sociais distintos, em defesa do Estado democrático de direito. Nos Estados Unidos, contra Donald Trump, não se viu esse tipo de mobilização popular, a não ser pontualmente”, compara.

O segundo factor foi a resposta das instituições judiciais. “O poder judicial conseguiu levar Bolsonaro a tribunal pela tentativa de golpe de Estado”, explica Fernandes. O processo contra o ex-Presidente está a decorrer no Supremo Tribunal Federal (STF) e muitas das pessoas que, a 8 de Janeiro de 2023, invadiram as sedes dos Três Poderes, estão detidas ou a ser julgadas. Mesmo alguns elementos da cúpula militar são arguidos por conspiração contra o Estado.

A terceira razão apontada foi a articulação política. “Formou-se uma frente pró-democracia. Mesmo os partidos do ‘centrão’, tradicionalmente sem ideologia definida e por vezes associados a esquemas de corrupção, romperam com Bolsonaro e alinharam-se com a democracia nas eleições de 2022”, recorda. Essa coligação foi determinante para a eleição de Lula, ainda que por uma margem

mínima, de apenas dois milhões de votos face a Bolsonaro.

Na avaliação de Tiago Fernandes, não existem actualmente condições para um regresso de Bolsonaro ao poder. “Na minha leitura, embora ainda haja muitos bolsonaristas que apoiam essa figura, o movimento político que ele liderava foi decapitado. Ao contrário dos Estados Unidos, onde não conseguiram prender Trump – e ele voltou a ser eleito –, no Brasil Bolsonaro está a ser julgado e pode mesmo ser preso”, sublinha o investigador. Ainda assim, deixa o aviso: “Esse movimento autoritário pode regressar um dia, através de outra figura política com um perfil semelhante ao de Bolsonaro.” Por isso, é essencial manter a vigilância sobre a democracia.

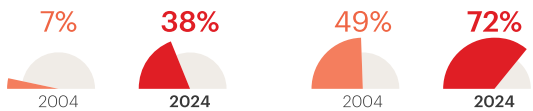
Postura ambígua

Apesar de os indicadores apontarem para um reforço democrático no Brasil, Fernandes vê no Governo Lula uma postura ambígua perante a democracia a nível internacional. “Na América Latina, o Brasil tem liderado a defesa da democracia, lado a lado com o Chile. Participou inclusive na cimeira democrática realizada nesse país, e afastou-se da Venezuela de Nicolás Maduro. Mas, no plano global, mantém-se alinhado com países como a Rússia, a China e o Irão – membros do BRICS –, que se opõem claramente aos princípios democráticos”, observa.

Confrontado com a narrativa da oposição de que “o Brasil vive hoje uma ditadura judicial e que o juiz Alexandre de Moraes, do STF, age como um imperador”, Fernandes responde: “Esse é um discurso simplista e de ódio, baseado numa visão bipolar do mundo, dividida entre amigos e inimigos, entre ‘nós’ e ‘eles’.” Esse tipo de discurso, frisa, tem alimentado uma guerra de versões – que agora ganha novo fôlego com a promessa de Donald Trump de impor uma tarifa de 50% às exportações brasileiras para os EUA, caso Bolsonaro não seja amnistiado.

Segundo o relatório, na América Latina há cinco países em processo de democratização: Bolívia, Brasil, Equador, República Dominicana e Honduras – sendo que os três primeiros vêm de uma fase de aproximação ao autoritarismo. Em contrapartida, em sete países latino-americanos a democracia está em regressão: Argentina, El Salvador, Guiana, Haiti, México, Nicarágua e Peru.

População mundial que vive em países em processo de autocratização

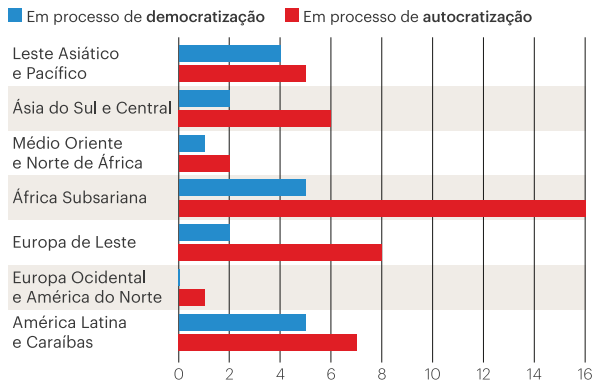


População mundial que vive em países em processo de democratização



Autocratização e democratização entre regiões*

Em 2024



*de acordo com a metodologia ERT

Dimensão das melhorias de dez democratizações após fase autocrática

Em 2024

	Início do processo	Alteração no IDL**	Pontuação
Maldivas	2017	0,248	0,42
Polónia	2022	0,199	0,62
Tailândia	2017	0,184	0,29
Brasil	2021	0,180	0,71
Equador	2016	0,178	0,45
Lesoto	2017	0,141	0,52
Zâmbia	2020	0,099	0,39
Bolívia	2020	0,084	0,31
Tunísia	2022	0,063	0,26
Benim	2021	0,053	0,33

**Índice de democracia liberal

Fonte: V-Dem – Relatório da democracia 2025

PUBLICO

ID: 118377839

26-07-2025

Avaliação a 179 países

Pela primeira vez em 30 anos, há mais autocracias do que democracias

Bárbara Reis

“Voltámos aos anos 1980 e 1990”, diz coordenador do V-Dem para a Europa do Sul. Moçambique contribuiu para a mudança negativa

Avaga autocrática mundial aumentou e, pela primeira vez em 30 anos, há mais autocracias do que democracias. Se contarmos as “democracias eleitorais”, são 88 versus 91. Se o critério for “democracias liberais”, o número cai para um terço: cada vez mais raras, já só há 29.

Os dados são revelados pelo *Relatório da Democracia 2025*, feito desde 2017 pelo Instituto Variedades de Democracia (V-Dem), com sede na Universidade de Gotemburgo, na Suécia, que mede 600 atributos da democracia em 179 países, e cuja edição em português é publicada hoje.

“Voltámos ao que éramos nos anos 1980 e 1990”, diz Tiago Fernandes, professor de Ciências Políticas do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, e coordenador do Centro Regional V-Dem para a Europa do Sul. “Em termos de percentagem de população mundial que vive em regimes autocráticos, regressámos a 1985. Em relação ao número de países democráticos, regressámos a 1996.”

Para esta mudança, contribuíram a Nicarágua, Hungria, Índia, Sérvia, Grécia, México, Peru e Moçambique, entre outros, países que, sendo ainda democracias ou já autocracias, estão em processo acelerado de autocratização, ou seja, perderam qualidades democráticas em 2024.

Não há crise da democracia

Mas Fernandes defende que “não há uma crise da democracia”, mas sim “uma estagnação ou ligeiro declínio – temos 88 democracias no mundo, é muito!”, “Há um debate nas ciências políticas sobre até que ponto estes resultados são más notícias. Boas não são, porque o número de democracias diminuiu. Mas, quando se compara com os anos 1970 – e há quem defenda que, para avaliar a evolução da democracia, deve contar-se a partir do início da terceira vaga da democratização iniciada em 1974 com Portugal –, vemos que o declínio da democracia não é assim tão grande.”

Esta leitura é também defendida por Steven Levitsky, professor na Universidade de Harvard e co-autor



ALEXANDROS AVRAMIDIS/REUTERS

A Grécia, a par da Nicarágua, Hungria, Índia, Sérvia, México, Peru e Moçambique, está em processo acelerado de autocratização

do célebre *Como as Democracias Morrem*, que sublinha que a maior parte dos regimes que se tornaram democracias e deixaram de o ser regrediu porque não tinha condições estruturais para a manter. Assim, o *boom* de regimes democráticos dos últimos anos foi artificial e não criou raízes – casos da Rússia, Turquia e Hungria.

No *Relatório da Democracia 2025*, quatro dos cinco investigadores

principais do projecto fazem uma interpretação menos dramática dos resultados. Dizem que o retrato mundial não é tão grave quanto parece porque o relatório pondera – erradamente, dizem – medidas feitas pela população (só a China e a Índia têm 36% da população do planeta); e porque o relatório desvaloriza “incertezas” e usa “categorias rígidas”. Dito isto, o relatório analisa médias nacionais e médias ponderadas pela população, pelo território e pelo PIB.

Como evoluiu o planeta? “As perspectivas para o mundo no final de 2024 são piores do que nos últimos 25 anos”, lê-se no início do documento. “A tendência da ‘terceira vaga de autocratização’ está a aprofundar-se e a espalhar-se. Isto inclui o enfraquecimento da democracia em algumas democracias liberais estabelecidas, o colapso da democracia em países que foram democráticos durante a maior parte do século XXI e o agravamento da autocracia em Estados já autocráticos.”

O Instituto Variedades de Democracia destaca alguns números: três em cada quatro pessoas no mundo – 72% da população – vivem em autocracias, o nível mais alto desde 1978, e quase 40% da população mundial vive em países em autocracia,

ou seja, em regimes que estão a reforçar o autoritarismo; a Europa de Leste e a Ásia do Sul e Central registaram um “declínio particularmente acentuado” – a Bielorrússia tornou-se a primeira e única autocracia fechada na Europa de Leste, e há declínio democrático na Rússia, Hungria, Roménia, Sérvia e Ucrânia –, mas a América do Norte e a Europa Ocidental “já não estão imunes: o nível de democracia nesta região regressou a níveis de 1983”.

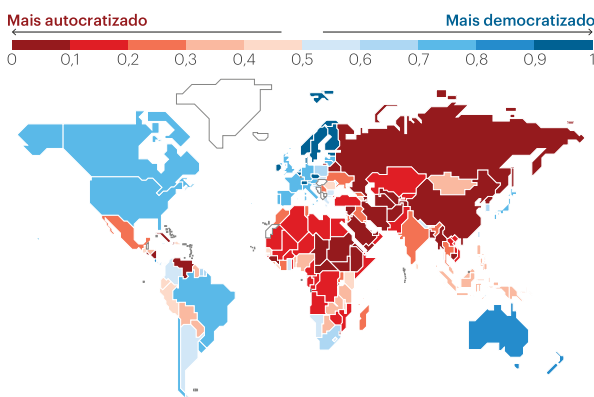
Sete países entraram na “lista de observação” como “potenciais autocratizadores” (estão a tornar os seus regimes mais autocráticos), incluindo Chipre, Eslováquia e Eslovénia, mas também a Rússia, que, nos últimos anos, “proibiu todos os meios de comunicação social independentes, desmantelou organizações essenciais da sociedade civil e censurou mais de 247 mil *websites* – só em 2022, a Duma aprovou um número recorde de 653 leis que criminalizam o discurso em torno da guerra na Ucrânia”. Dizem os autores: “Do mesmo modo, se não mais preocupante, parece claro que as acções que a Administração Trump está a tomar, a nível interno, correspondem a uma tentativa contínua de levar ao colapso democrático.” Donald Trump só tomou posse como Presidente em Janeiro de 2025, pelo que as suas acções como governante não estão reflectidas no relatório deste ano.

No sentido oposto, há três países na “lista de observação” como “potenciais democratizadores” (em processo de democratização): República Checa (hoje a sétima melhor democracia do mundo), Guatemala (68.º no ranking) e Malásia (88.º).

As restrições à liberdade de expressão “são alarmantes” e a situação agravou-se em 44 países (eram 35 em 2023 e sete em 2004); a “arma favorita dos autocratas é a censura dos meios de comunicação social, seguido do enfraquecimento das eleições e da sociedade civil”; as “eleições limpas” regrediram em 25 países (foram dez em 2004); a liberdade de associação regrediu em 22 e o Estado de direito em 18; 45 países estão em processo de autocratização; a “taxa de colapso democrático” é de 67%. “A destruição da democracia começa sempre”, diz Fernandes, “pelos ataques à liberdade de expressão e à liberdade académica, pelos ataques aos jornalistas e pela criação de um ambiente de autocensura.”

O estado da democracia liberal

Em 2024



Fonte: V-Dem – Relatório da democracia 2025

PUBLICO

ID: 118377839

26-07-2025

Regimes políticos
Autocracias
empatam com
democracias no
mundo lusófono

Destaque, 4 a 6